



ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: A EXPANSÃO OCORRIDA ENTRE 1990 E 2012 E A ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES

ARAÚJO, Christine Veloso Barbosa

PEREIRA, Janine Moraes

PERES, Anna Paula Lemos Santos

Universidade Estadual de Montes Claros

Resumo

A partir da década de 1990, com a adoção de políticas de cunho neoliberais por parte do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Brasil passou a vivenciar uma expansão do Ensino Superior (ES), notadamente por meio de instituições privadas. As políticas voltadas para a área propiciaram a ampliação do número de Instituições de Ensino Superior (IES) e por conseguinte, a oferta de vagas nesse nível de ensino. O Governo do Presidente Lula, embora tenha se preocupado com a inclusão de classes menos favorecidas no ES, não conteve a expansão pela via privada. Em que pese as críticas ao modelo privatista, o fato é que se pode observar o aumento crescente no número de matrículas nesse nível do ensino ao longo das décadas que se seguiram. Especialmente no ano de 2012, chama a atenção o preenchimento de vagas majoritariamente por mulheres. O presente artigo teve como objetivo analisar a presença do público feminino no ES brasileiro, no contexto da expansão ocorrida nesse nível do ensino a partir dos anos 1990. Este trabalho limitou-se a analisar os dados do Censo do Ensino Superior referentes aos matriculados, ingressantes e concluintes no ES presencial, uma vez que a graduação presencial foi responsável pelo montante maior de matrículas verificadas em 2012. As análises demonstram que as mulheres concluem mais a graduação que os homens e sugere que este fato pode encontrar justificativas nas exigências desiguais de qualificação profissional para que este gênero consiga se manter no mercado de trabalho.

Palavras-chave: *Expansão do ensino superior, Divisão sexual do trabalho, Participação das mulheres no ensino superior*





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

Introdução

A expansão do ensino superior ocorrida a partir dos anos 1990, quando do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), destacadamente de instituições privadas, respondeu à demanda neoliberal presente naquele momento, que defendia o ajustamento dos países periféricos à realidade globalizada e às exigências do mercado de trabalho. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deu continuidade a esse modelo de expansão privatista, porém permitiu a inserção no Ensino Superior (ES) de estudantes provenientes de classes sociais menos favorecidas e atendeu a outros objetivos, como a ampliação das matrículas e permanência nos cursos presenciais das universidades federais. Suas políticas permitiram ainda a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e a interiorização das universidades públicas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Esse conjunto de políticas propiciou um aumento crescente no número de matrículas no período compreendido entre 1990 e 2012, sem entretanto representar uma democratização do ensino superior que de fato fosse capaz de provocar as mudanças necessárias no plano social. O Censo da Educação Superior realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), engloba todos os estabelecimentos públicos e privados de educação superior do país e coleta importantes informações acerca do ensino praticado em universidades, faculdades, centros universitários, institutos federais e centros federais de educação tecnológica, tanto privadas quanto públicas. O Censo realizado no ano de 2012 mostrou a estrutura do ensino superior brasileiro, tendo como destaque a presença do público feminino.

Vincula-se a este fato a inserção feminina no mercado de trabalho no Brasil, vivenciada com maior intensificação a partir da década de 1970 e o progresso na ocupação de postos de trabalho pelas mulheres impulsionado, dentre outros fatores, pela maior escolaridade do sexo feminino. Sabe-se que determinações sociais produzem distinções entre homens e mulheres que acabam por interferir na entrada e ascensão da mulher no mercado de trabalho, gerando desigualdades como, por exemplo, a necessidade das mulheres buscarem uma maior escolarização em relação aos homens para realizarem as mesmas funções.

Isto posto, constitui-se hipótese deste trabalho, a assertiva de que a presença majoritária das mulheres no ensino superior brasileiro pode encontrar justificativas nas exigências desiguais de qualificação profissional, em relação aos homens, para entrada e permanência no mercado de trabalho.



A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

Este estudo se mostra com o objetivo de analisar a presença do público feminino no ensino superior brasileiro, no contexto da expansão ocorrida nesse nível do ensino a partir dos anos 1990. O trabalho limitou-se a analisar os dados referentes ao matriculados, ingressantes e concluintes no ensino superior presencial, uma vez que a graduação presencial foi responsável pelo montante maior de matrículas verificadas no ano de 2012.

Num primeiro momento, faz-se uma análise acerca do processo de expansão verificado no ensino superior, notadamente durante os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Em seguida, são inseridos os dados colhidos pelo Censo da Educação Superior, nos quais é possível perceber a intensa presença das mulheres no ano de 2012. Por fim, faz-se uma explanação sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de maior escolarização feminina em contraponto às exigências feitas ao público masculino.

Expansão do Ensino Superior Brasileiro a Partir dos Anos 1990

Desde a década de 1990 o Brasil vivencia um modelo de expansão de oferta do Ensino Superior que vem provocando transformações nesse nível do ensino com destaque para a ampliação na oferta de vagas pela iniciativa privada. Tal fato teve início com as políticas de cunho neoliberal iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em consonância com as definições do Consenso de Washington ocorrido em 1989, quando foram definidas uma série de medidas econômicas que pudessem garantir estabilidade macroeconômica para os países em desenvolvimento. Além disso, em 1992, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) começou a discutir a qualidade da educação nos países periféricos e passou a defender o ajustamento desses países à realidade do mundo globalizado e às exigências do mercado de trabalho. Essas orientações ditaram as políticas do governo FHC, o que favoreceu o crescimento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o país, principalmente de instituições privadas, que iniciaram uma corrida para atender à demanda por esse nível de ensino nas mais diversas regiões do Brasil. Observa-se, nesse contexto de políticas neoliberais, a subserviência da educação superior ao atendimento de requisitos de produtividade e competitividade, característicos da hegemonia do capital global. (DAVIDSON, 2003; LEHER, 2003; NEVES, 2002).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deu continuidade a esse modelo de expansão privatista. Entretanto, suas políticas permitiram a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e a interiorização das universidades públicas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

Entre os objetivos, encontra-se a ampliação das matrículas e permanência nos cursos presenciais das universidades federais. A natureza social das políticas do presidente Lula permitiu ainda a “incorporação de setores tradicionalmente excluídos da educação superior: a população estudantil de baixa renda, proveniente das escolas públicas, no que se inclui a população negra e grupos étnicos raciais”, como afirma Gomes (2008: 30). Assim, o governo Lula implementou o modelo de cotas nas universidades públicas e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que permite a concessão de bolsas de estudos em IES a alunos provenientes de escolas públicas e com baixa renda. Entretanto, alguns elementos das políticas e propostas para a educação ocorridas no governo do Presidente Lula evidenciam a influência externa e, embora favoreçam a expansão das universidades brasileiras com ampliação de matrículas e permanência nos cursos presenciais das universidades federais, provocam indagações quanto à inferência de políticas globais em realidades locais e preconizam a submissão da universidade ao sistema capitalista corrente.

Observa-se, portanto, que a prática imperativa subordina a educação às demandas do capital, como adverte Frigotto (2010: 28): “Na perspectiva das classes dominantes, historicamente a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho.” Esse modelo de democratização, posto no âmbito do capital global, não representa uma conquista social de acesso ao ensino superior, antes aponta para a possibilidade de qualificação profissional, como garantia de entrada ou permanência no mercado de trabalho e justifica o crescente número de matrículas em cursos de nível superior em todas as regiões do país.

Observa-se pelos números apresentados no Censo da Educação Superior 2010 que o total de matrículas em cursos de graduação nesse ano chega a 6.379.299, representando mais que o dobro de matrículas de 2001. O relatório afirma ainda que a expansão se dá nesse período “no sentido de diminuir as disparidades entre as regiões geográficas” (Censo da Educação Superior 2010: 54). A maioria das matrículas está concentrada em universidades, seguida das faculdades. Mas há que se pontuar que o número de IES privadas é superior ao de IES públicas, o que caracteriza o perfil do ensino superior brasileiro composto em sua maioria por IES de pequeno porte. Ressalta-se ainda que essa diversificação do sistema de ensino superior no Brasil é uma das metas do Plano Nacional de Educação 2001-2010.



O Censo da Educação Superior 2012: presença feminina

A expansão do ensino superior se manteve nos anos posteriores, como mostra o Censo da Educação Superior realizado no ano de 2012. A pesquisa realizada demonstrou a estrutura do ensino superior no Brasil, com a presença de 7.037.688 alunos matriculados em cursos de graduação, sendo 2.747.089 na condição de “ingressos”, alunos com ano de ingresso no curso superior igual ao ano de referência do Censo, e 1.050.413 concluintes do ensino superior. Em termos de matrículas, que corresponde ao total de vínculos de aluno a um curso superior iguais a “cursando” ou “formando”, verificou-se um número superior a 7 milhões, significando uma média anual de crescimento de 5,7% desde 2009. Deste montante, a graduação presencial foi responsável por 5.923.838 matrículas (CENSO, 2012).

O Censo confirmou um dado importante, ou seja, a presença significativa das mulheres no ensino superior. Em todas as regiões do Brasil, foi possível verificar que as mulheres ultrapassaram os homens no número de matrículas realizadas no ano de 2012, conforme demonstra a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Percentual de Matrículas de Graduação Presencial, por Região Geográfica e Gênero – Brasil – 2012

Total	Região Geográfica									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste	
100%	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
	57,2%	42,8%	57,6%	42,4%	54,4%	45,6%	54,3%	45,7%	56,9%	43,1%

Fonte: Censo da Educação Superior 2012, MEC/INEP (adaptado)

Com relação aos ingressos no ano de 2012, as mulheres apresentaram percentis acima dos homens, porém com diferenças mais significativas, conforme consta na Tabela 2 que, além de apresentar o percentual de ingressos em cursos de graduação presencial por região geográfica e gênero, mostra ainda a área geral do conhecimento¹.

1 Os critérios utilizados para definição das áreas, assim como as áreas específicas e detalhadas englobadas podem ser visualizadas em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2009/Tabela_OCDE_2009.pdf>. Acesso em: jul. 2015.





Tabela 2 – Percentual de Ingressos em Cursos de Graduação Presencial, por Região Geográfica e Gênero, segundo a Área Geral do Conhecimento – Brasil - 2012

Área Geral	Total	Região Geográfica									
		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste	
		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Total	100%	56,9%	43,1%	56,3%	43,7%	53,7%	46,3%	53,3%	46,7%	55,9%	44,1%
Área Básica de Ingresso	100%	0,4%	0,5%	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	100%	19,0%	14,7%	21,2%	16,6%	25,0%	17,9%	23,8%	18,3%	24,2%	17,6%
Educação	100%	15,7%	9,2%	10,3%	6,5%	7,9%	3,5%	8,6%	4,3%	9,7%	4,9%
Saúde e Bem-estar Social	100%	11,9%	3,8%	14,3%	4,1%	8,5%	3,0%	7,5%	2,8%	10,4%	3,3%
Engenharia, Produção e Construção	100%	3,8%	7,7%	4,0%	8,1%	5,6%	13,3%	5,3%	11,8%	4,5%	8,8%
Ciências, Matemática e Computação	100%	2,1%	4,2%	2,2%	5,1%	2,4%	5,3%	2,2%	5,0%	2,2%	5,1%
Humanidades e Artes	100%	0,8%	0,7%	1,3%	1,0%	1,8%	1,5%	2,4%	1,5%	1,3%	0,8%
Agricultura e Veterinária	100%	1,6%	1,6%	1,0%	1,1%	0,8%	0,8%	1,6%	2,1%	1,8%	2,5%
Serviços	100%	1,5%	0,7%	1,8%	1,0%	1,5%	0,8%	1,7%	0,7%	1,7%	0,8%

Fonte: Censo da Educação Superior 2012, MEC/INEP

Tabela 3 – Percentual de Concluintes de Graduação Presencial, por Região Geográfica e Gênero, segundo a Área Geral do Conhecimento – Brasil - 2012

Área Geral	Total	Região Geográfica									
		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste	
		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Total	100%	61,4%	38,6%	61,4%	38,6%	58,7%	41,3%	59,1%	40,9%	61,0%	39,0%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	100%	19,9%	14,9%	23,0%	17,4%	26,7%	18,2%	27,0%	19,2%	27,4%	19,4%
Educação	100%	18,9%	8,3%	14,7%	6,3%	10,8%	3,9%	10,9%	4,1%	13,0%	5,2%
Saúde e Bem-estar Social	100%	15,5%	5,7%	16,5%	5,0%	11,7%	3,9%	10,7%	3,4%	12,1%	3,5%
Engenharia, Produção e Construção	100%	2,0%	3,8%	1,8%	3,5%	2,8%	7,3%	2,8%	6,0%	1,8%	2,8%
Ciências, Matemática e Computação	100%	1,5%	2,8%	1,7%	3,4%	2,5%	4,9%	2,0%	3,9%	2,1%	4,4%
Humanidades e Artes	100%	0,6%	0,5%	1,1%	1,1%	1,9%	1,5%	2,2%	1,5%	1,3%	0,7%
Agricultura e Veterinária	100%	1,1%	1,5%	0,8%	1,0%	0,7%	0,8%	1,4%	2,1%	1,4%	2,1%
Serviços	100%	1,9%	1,1%	1,7%	0,8%	1,6%	0,9%	2,1%	0,9%	2,0%	0,9%

Fonte: Censo da Educação Superior 2012, MEC/INEP

Quando se trata do número de concluintes, os dados obtidos revelaram um aumento de 9,5% de 2009 para 2012. Destaca-se que as mulheres também apresentaram percentil superior aos homens neste quesito, conforme mostra a Tabela 3.



A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

As diferenças de percentis verificadas na Tabela 2, intensificam-se na Tabela 3. Ou seja, além de estarem em maior número no ensino superior, as mulheres concluem os cursos de graduação em porcentagem superior aos homens.

Observa-se, também, que apesar de estarem em maior número, as mulheres se concentram em áreas gerais de conhecimento, a saber, ciências sociais, negócios e direito; educação; saúde e bem-estar social; humanidades e artes; e serviços, consideradas de “trabalho feminino”. Conforme afirmam Leone e Teixeira

Em síntese a diferença fundamental entre homens e mulheres no emprego formal reside na forte presença masculina em ocupações decorrentes da produção material de bens enquanto as mulheres estão dispersas em ocupações decorrentes de atividades não diretamente ligadas a produção material de bens, seja no apoio administrativo ou na prestação de serviços pessoais e sociais (Leone; Teixeira, 2010: 9).

É certo que o mercado de trabalho demanda, cada vez mais, uma qualificação profissional especializada contudo, o número acentuado de mulheres que concluem o ensino superior em relação aos homens pode sugerir uma exigência desigual imposta ao público feminino no ambiente laboral.

A divisão sexual do trabalho e a necessidade de qualificação profissional feminina

O desenvolvimento das relações sociais capitalistas de produção propiciou profundas alterações no sentido do trabalho. Em sua dimensão ontológica, o trabalho estava elevado à atividade vital do ser humano, mas, na contemporaneidade, passou a ser sinônimo de emprego, ou seja, quantidade de tempo pago pela execução de uma atividade determinada.

A reestruturação produtiva associa-se a um processo de precarização do trabalho que tem consequências na morfologia da classe trabalhadora tornando-a fragmentada, heterogênea e complexificada. É em razão das constantes transformações que se verificam no mundo do trabalho, da evolução tecnológica e da inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho bem como seus reflexos nas relações laborais, considerando dentre outros aspectos o trabalho em tempo parcial e a terceirização, que se propõe uma concepção ampliada para o sentido do trabalho. (ANTUNES, 2005).

Em relação ao gênero enquanto categoria de análise, Scott (1989: 21) em sua definição esclarece que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Desconstrói-se assim a noção de bipolarização masculino/feminino, dominante/dominado tendo em





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

vista o pluralismo e o caráter transversal de gênero, pois nesta concepção os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder que normalmente são assimétricas entre os sexos. (LOURO, 1997).

As relações de gênero são caracterizadas por relações de poder envolvidas em diversas situações, dentre outras, a divisão sexual do trabalho que “consiste na especialização dos homens no papel de provedores do lar e das mulheres como cuidadoras da família” (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007: 582). Trata-se de um fenômeno cultural que distingue papéis e cria estereótipos que são transpostos para o mundo laboral fazendo com que determinadas profissões ou ocupações sejam associadas ao masculino e outras ao feminino.

Estas determinações sociais que hierarquizam e produzem assimetrias entre homens e mulheres, interferem no ingresso e na ascensão profissional feminina no mercado de trabalho gerando desigualdades que podem se expressar de vários modos inclusive na necessidade de maior escolarização das mulheres em relação aos homens para exercer as mesmas funções. A inserção feminina no mercado de trabalho no Brasil sofreu maior intensificação a partir da década de 1970 e o progresso na ocupação de postos de trabalho pelas mulheres foi impulsionado, dentre outros fatores, pela maior escolaridade do sexo feminino. (BRUSCHINI, 2007; HIRATA; KERGOAT, 2007; LEONE; TEIXEIRA, 2010; SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Embora as trabalhadoras tenham uma escolaridade superior, verificam-se diferenças de salário, de jornada e a segregação ocupacional, havendo uma tendência à precarização dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres. No mercado formal, as mulheres ocupam postos tradicionalmente femininos nas indústrias (costureiras, cabeleireiras, esteticistas, faxineiras, cozinheiras, etc..) bem como nos chamados guetos femininos (enfermagem, nutrição, psicologia, magistério, secretárias, auxiliares de escritório, etc...). (BRUSCHINI, 2007; HIRATA; KERGOAT, 2007; LEONE; TEIXEIRA, 2010; SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

A centralidade da categoria trabalho está relacionada com os avanços tecnológicos, com a influência dos mesmos na organização do trabalho e, via de consequência, na conformação da classe trabalhadora. Mas uma concepção ampliada da categoria trabalho leva a crer que além da necessidade de incremento da força de trabalho, outros fatores permitiram a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil.

Em que pese haver uma tendência à precarização dos postos de trabalho ocupados por elas, pesquisas apontam que a divisão sexual do trabalho não se trata mais de um fator impeditivo para inserção das mulheres no mercado. Neste sentido, Bruschini explicita que

A mudança no perfil etário da População Economicamente Ativa (PEA) feminina, que é acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas, sugere que as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos [19]70.



A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

Movidas pela necessidade de complementar a renda familiar ou impulsionadas pela escolaridade elevada, menor número de filhos, mudanças na identidade feminina e nas relações familiares, as mulheres casadas procuram cada vez mais o mercado de trabalho (Bruschini, 2000:17).

Uma vez que o trabalho feminino tende a ocupar postos precarizados de trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004), faz-se necessário compreender de que forma esta situação vem se transformando num desafio para as mulheres. No mercado de trabalho, as mulheres deparam-se com obstáculos que interferem para que as mesmas mantenham-se trabalhando e alcancem uma inserção apropriada o que pode sugerir que o investimento na escolaridade se dá em busca de superar tais desafios.

Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar a participação das mulheres no ensino superior brasileiro no contexto da expansão ocorrida a partir dos anos 1990, que se estende até os dias atuais. Dessa forma, foi possível observar que embora a expansão se apresente de maneira claramente privatista, a oferta de vagas e o número de matrículas no ensino superior vem crescendo gradativamente ao longo dos anos.

Não se pode afirmar que essa expansão representa uma democratização do ensino superior pautada em demandas sociais e comprometidas com o desenvolvimento do país, uma vez que ela se dá no bojo dos interesses do capital global e, nesse sentido, segue sua lógica hegemônica. Entretanto, é fato que a crescente oferta de vagas vem atendendo à demanda de inúmeros jovens por qualificação profissional, com o intuito de garantir sua entrada e permanência no mercado de trabalho.

Dessa forma, observou-se que a presença do público feminino tem se destacado em número de matrículas, ingressantes e concluintes em relação ao masculino, principalmente nos últimos anos. Este estudo tomou por base o Censo da Educação Superior de 2012, que permitiu uma análise da presença feminina no ensino superior presencial, responsável pelo maior número de matrículas nesse ano, nas diversas regiões do país. Ao identificar a expressiva diferença no número de mulheres no ES, em relação aos homens, principalmente como concluintes dos cursos de graduação, buscou-se compreender como se dá a participação da mulher no mercado de trabalho.

Uma análise bibliográfica sugere que a questão possa vir a ser compreendida como uma demanda de gênero. Existe uma hierarquização nas relações de poder e, conseqüentemente, uma assimetria entre homens e mulheres, provocada por determinações sociais que se refletem no mercado de trabalho. Estudos noticiam diferenças salariais e de jornada, inclusive com segregação





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

profissional em detrimento das mulheres que tendem a ocupar postos de trabalho precarizados. Nesse sentido, compreende-se que o mercado passa a exigir que as trabalhadoras tenham uma escolaridade superior à dos homens.

As análises demonstraram claramente a crescente presença das mulheres no ensino superior ao longo dos anos. Verificou-se ainda que, entre os matriculados, ingressantes e concluintes dos cursos de graduação no ano de 2012 existe uma predominância do público feminino em relação ao masculino. Notadamente, em áreas gerais do conhecimento consideradas de “trabalho feminino”. Em relação ao mercado de trabalho, observou-se, que as mulheres sofrem segregação profissional e tendem a ocupar postos de trabalho precarizados, desafios que as motivam a buscar uma maior escolarização para uma inserção apropriada. Assim, infere-se que a presença majoritária das mulheres no ensino superior pode encontrar justificativas nas exigências desiguais de qualificação profissional para que este gênero consiga se manter no mercado de trabalho. Pontua-se que outros fatores podem exercer influência sobre a realidade desses números. Entretanto, por ora, a premissa se torna válida e incita novas pesquisas nesse sentido.



BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Os Sentidos do Trabalho:* Ensaio sobre a Afirmação e Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. *As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital.* IN: Educação e Sociedade, v.25, n. 87 – Mai/ Ago. 2004, p. 335-351.

BRASIL. Censo da educação superior 2012. INEP/MEC. *Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2012.* Brasília: INEP, 2014. [disponível em 20/07/2015] <URL: <http://portal.inep.gov.br/web/kenso-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2010. INEP/MEC. *Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2010.* [disponível em 20/07/2015] <URL: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/kenso_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_kenso_educacao_superior_2010.pdf>.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). *Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 13-58.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132, p. 537/572, set/dez. 2007.

DAVIDSON, Paul. ¿QUÉ ES ERRÓNEO EN EL CONSENSO DE WASHINGTON Y QUÉ DEBEMOS HACER? *Cuadernos de Economía.* Bogotá, v. 22, n. 39, dez. 2003. [disponível em 20/07/2015] <URL: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01217722003000200008&lng=pt&nrm=iso>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real.* 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, A. M. As Reformas e Políticas da Educação Superior no Brasil: avanços e recuos. In: MANCEBO, D. *et al* (orgs.). *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil.* Campinas, SP: Alínea, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniëlle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132, p. 595/609, set/dez. 2007.

LEHER, R. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO *et al.* *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais.* São Paulo, Xamã, 2003. p. 81-93.



A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

LEONE, Eugenia Troncoso. TEIXEIRA, Marilane Oliveira. *As Mulheres no Mercado de Trabalho e na Organização Sindical*. [disponível em 07/01/2014] <URL: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_8/abep2010_2200>.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. [disponível em 08/01/2015] <URL: <https://educacaoemhomofobia.files.wordpress.com/2009/03/nuh-educacao-genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>>.

NEVES, L. M. W; *et al.* Política neoliberal e educação superior. In: _____. (org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002. p. 21-40.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. [disponível em 12/02/2015] <URL: file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/genero_joan_scott.pdf>.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132, p. 573/594, set/dez. 2007.